

**MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I = 1+2+3)</b>	<b>195.842.481,19</b>	<b>0,00</b>
1 – Pessoal Ativo	145.104.564,67	0,00
2 – Pessoal Inativo e Pensionistas	50.737.916,52	0,00
3 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II = 4+5+6+7)</b>	<b>64.942.058,07</b>	<b>0,00</b>
4- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.108.271,05	0,00
5 – Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
6 – Despesas de Exercícios Anteriores	12.906.326,01	0,00
7 – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	45.927.461,01	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)</b>	<b>130.900.423,12</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>		<b>130.900.423,12</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)</b>		<b>8.005.700.615,63</b>
<b>% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = IV / V * 100</b>		<b>1,64%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 2%</b>		<b>160.114.012,31</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) – 1,90%</b>		<b>152.108.311,70</b>

Fonte: Siafe/PI 2017. Coordenadoria de Contabilidade e Finanças. Data de emissão: 02/02/2018. Hora de emissão: 11:25

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

**Martha Celina de Oliveira Nunes**  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**Téssio Rauff de Carvalho Moura**  
Controlador Interno

**Denis Rodrigues de Lima**  
Coordenador de Contabilidade e Finanças